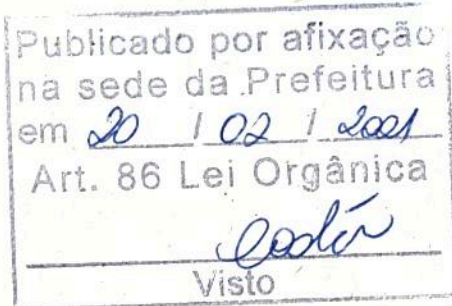




PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - MG
Tel.:(32)3746 - 1306

DECRETO Nº 1.250, de 20 de fevereiro de 2021



REQUISITA ADMINISTRATIVAMENTE O USO DE BENS PARTICULARES PARA PRESERVAÇÃO DA SOCIEDADE E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NOS LOCAIS AFETADOS POR ENCHENTES E ALAGAMENTOS, COM BASE NO DECRETO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA Nº 1.247, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

RÔMULO QUINTÃO DONÁDIO, Prefeito Municipal de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos XXXIII e XXXV do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, e, analogicamente, respeitadas as devidas proporções, o artigo 7º do Decreto-Lei nº 4.812 de 8 de outubro de 1942;

Considerando

- I - O Decreto de Estado de Emergência Pública nº 1.247, de 19 de fevereiro de 2021, publicado em virtude dos alagamentos e enchentes que assolam a zona rural e urbana deste Município;
- II - O passado recente da catástrofe causada pelas águas suportada pelos munícipes no início do ano de 2020;
- III - a necessidade de reparar os danos que as chuvas torrenciais ocorridas desde 18/02/2021 e de prevenir maiores estragos à sociedade e ao patrimônio público;
- IV - a previsão da Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXV, de que "no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano";
- V - que de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, a requisição é ato administrativo unilateral e autoexecutório que consiste na utilização de bens particulares em caso de perigo público iminente;
- VI - que de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, define-se perigo público iminente aquele risco que, se propagadas as suas consequências, é improvável que seja preservada dos resultados danosos, como os decorrentes de eventos da natureza, ameaçando a coletividade;
- VII - que a necessidade premente decorrente da catástrofe não permite em tempo hábil a realização sequer dispensa ou inexigibilidade de licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ

Praça Dr. José Augusto, 251 - CEP 36830-000 - MG

Tel.:(32)3746 - 1306

VIII - que o parecer da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Civil é favorável à declaração de situação de emergência e de calamidade pública;

IX - que, por analogia em virtude da falta de legislação local que trata do assunto, o artigo 7º do Decreto-lei 4.812/1942 determina que a requisição se dá por meio de Decreto expedido pelo Executivo;

DECRETA

Art. 1º A requisição administrativa de 300 (trezentos) *kits* de limpeza e de higiene pessoal fornecidos pela Multinfo Informática e Tecnologia LTDA, com sede na Rua Fioravante Padula, nº 282, no Centro de Espera Feliz-MG.

Art. 2º O uso dos bens mencionados no artigo 1º objetiva garantir aos desalojados e desabrigados a manutenção da limpeza e da higiene pessoal, indispensável no contexto pós alagamento em virtude das doenças advindas do contato com águas contaminadas, sem olvidar da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Art. 3º Deverá o fornecedor dos bens acima descrito atender prontamente aos termos do presente decreto, facilitando o uso do mesmo, podendo ser requisitado, ainda, o apoio da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, caso seja necessário.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º O prazo de vigência da medida interventiva é de 30 (dias) dias, prorrogáveis por igual período, se verificada a sua necessidade.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Espera Feliz, 20 de fevereiro de 2021.


RÔMULO QUINTÃO DONÁDIO

Prefeito Municipal